

RETÓRICAS DO ABANDONO: INDÍCIOS DE EXPERIÊNCIAS URBANAS EM UMA CIDADE CONTEMPORÂNEA

DIEGO FINDER MACHADO¹

As práticas dos habitantes criam, no próprio espaço urbano, uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos (segredos de que infâncias e de que mortes?) e situações novas. Elas fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética (CERTEAU, 2003: 199).

Iniciar a escritura deste breve texto com uma menção ao pensador francês Michel de Certeau, mais do que indicar uma inspiração em minhas aventuras criativas pelas práticas historiográficas, denuncia a atração intelectual por uma maneira peculiar de olhar para as cidades e, especialmente, para a multitude de práticas culturais que caracterizam sua vitalidade contemporânea. Atento aos diversos usos e apropriações ordinários que, cotidianamente, refiguram o espaço urbano, Michel de Certeau nos estimulou e ainda nos estimula a escrever sobre as cidades vividas e experimentadas ao rés do chão, sobre as poéticas de cidades possíveis.

A experiência intersticial vivida por este pensador após os marcantes acontecimentos de maio de 1968 se mostra, para mim, como uma possibilidade intrigante e instigante. Atuante tanto no mundo acadêmico, como na produção de pesquisas voltadas à orientação das políticas públicas de cultura na França, Michel de Certeau teve a oportunidade ímpar de exercitar leituras do mundo provocadas por uma experiência deslizante pelas fronteiras do conhecimento. É deste lugar intersticial, ou melhor, deste “entre-lugar” (BHABHA, 1998), que hoje situo meus próprios olhares sobre as cidades contemporâneas. Por um lado, um crítico comprometido em investigar algumas facetas, impertinentes aos olhares de alguns, que desestabilizam as maneiras pelas quais se costuma compreender a vida urbana, por outro, um ativista de uma causa política que me incita a enfrentar o desafio de construir coletivamente novas possibilidades de imaginar políticas públicas de cultura, especialmente no que tange ao

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina e Coordenador de Apoio Cultural vinculado à Gerência da Unidade de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Joinville. Membro Titular do Conselho Municipal de Juventude de Joinville e da Comissão de Avaliação de Projetos do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura de Joinville. E-mail: diego_finder@yahoo.com.br.

complexo e tenso campo das políticas de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural urbano².

Buscando contribuir com os debates que cercam a temática do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas, minhas inferências mais recentes têm problematizado uma modalidade de construção discursiva, bastante corriqueira em tempos atuais, que tenho denominado “retóricas do abandono”. Estimulado por uma leitura possível do provocativo texto em que o renomado antropólogo brasileiro José Reginaldo Santos Gonçalves argumentou a respeito de uma “retórica da perda”³, venho construindo, desde os tempos da redação de minha dissertação de mestrado (MACHADO, 2009), algumas reflexões a respeito dos usos e apropriações sociais do patrimônio cultural urbano que, a meu ver, embora sejam profundamente influenciadas pelas políticas públicas oficiais, transgridem a área restrita de atuação do Estado neste campo.

O que denomino aqui “retórica do abandono” não é uma oposição e nem mesmo uma via alternativa em relação à chamada “retórica da perda”. Em minha visada, estas construções discursivas, embora sutilmente distintas, são complementares e indissociáveis. Contudo, penso que a atenção para as maneiras como o adjetivo “abandonado” é mobilizado para narrar os usos e apropriações do patrimônio cultural urbano podem estimular o debate acerca das maneiras pelas quais os diferentes grupos sociais, em interface com as políticas públicas de Estado, se relacionam e constroem

² Desde o início do ano de 2009, quando aceitei o convite para trabalhar junto à Gerência de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Joinville – na condição de ocupante de cargo comissionado da gestão do prefeito Carlito Merse – tenho atuado diretamente, ao lado de uma equipe de trabalho composta por pessoas, advindas de áreas bastante distintas de atuação, na construção e consolidação de políticas públicas de cultura, especialmente no que se refere às políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural. Desde então, tenho me deparado com o desafio de tentar encontrar, coletivamente, possibilidades para resolver questões complexas e bastante problemáticas vividas ainda hoje na cidade e que, em outros momentos, eu havia problematizado a partir de um outro lugar social, do ponto de vista de um pesquisador do campo da História.

³ Em seu livro “A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, José Reginaldo Santos Gonçalves procurou compreender as construções discursivas sobre o patrimônio cultural no Brasil. Dois proeminentes interlocutores, que atuaram diretamente nas políticas culturais oficiais de preservação patrimonial no Brasil, fizeram parte deste diálogo: Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Ao analisar os discursos proferidos por estes interlocutores, o autor percebeu que a mobilização de uma “retórica da perda”, ancorada no argumento de que viveríamos sob o risco iminente de desaparecimento de significativos valores culturais, tinham o intuito declarado de justificar a existência de políticas públicas para a salvaguarda da memória e da identidade nacionais e a indispensável interferência direta do Estado nesta área (GONÇALVES: 1996).

sentidos múltiplos sobre os bens culturais patrimonializados, em contextos específicos e singulares.

Neste breve texto, procuro provocar novos olhares para as múltiplas maneiras, próprias ao nosso tempo, pelas quais criativos transeuntes do mundo urbano usam e se apropriam⁴ culturalmente dos bens culturais qualificados como “patrimônios culturais” em Joinville, Santa Catarina. Partindo de uma perturbadora inquietação em relação ao uso costumeiro do adjetivo “abandonado” para qualificar bens culturais localizados nas áreas centrais da cidade, alguns questionamentos conduzem as argumentações: É possível acreditar que os lugares socialmente considerados como “abandonados” de fato foram abandonados pelos habitantes da cidade? Inexistem apropriações sociais e culturais dos lugares da cidade aos quais costumeiramente empregamos este adjetivo carregado de atribuições valorativas? Quais histórias e quais memórias do tempo presente estes lugares podem nos indiciar? Tentando propor algumas possibilidades de diálogo com tais indagações, trago para o debate algumas falas públicas extraídas de um conjunto documental elaborado em distintos processos de pesquisa – com destaque especial para as narrativas diversas veiculadas pelos textos publicados pela imprensa escrita local – que podem nos provocar algumas reflexões importantes.

Abandono a cultivar ou a combater?

Em 1962, Lucio Costa – importante arquiteto brasileiro reconhecido internacionalmente pelos seus trabalhos, como a elaboração do projeto piloto da cidade de Brasília – trabalhava para o órgão público à época denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na função de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. Entre os afazeres diversos de seu cargo, Lúcio Costa foi designado para

⁴ Vale aqui uma ressalva a respeito da maneira como utilizo a palavra “apropriação” neste texto. O entendimento deste conceito, caro aos estudos da História Cultural, destoa aqui das maneiras pelas quais os intelectuais ligados aos órgãos oficiais de preservação defenderam e, muitas vezes, ainda defendem a apropriação da cultura nacional – entendida aqui, em sentido estrito, como um processo de reconhecimento enquanto propriedade da Nação dos bens culturais de interesse social que compõem o patrimônio cultural brasileiro – como uma causa política (Cf. GONÇALVES, 1996:63). Compartilhando do pensamento de Michel de Certeau, entendo “apropriação” como uma operação, permeada por relações desiguais de poder, de consumo cultural, uma operação “silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (CERTEAU, 1994: 39).

apresentar um parecer a respeito do tombamento do chamado “Cemitério Protestante de Joinville”⁵, hoje conhecido nesta cidade como “Cemitério do Imigrante”⁶. Inspirado por umas poucas fotografias, sem, provavelmente, nunca ter posto os pés no aludido território cemiterial, Lúcio Costa deixou escrito as seguintes palavras:

O sentido histórico da fundação da antiga colônia Dona Francisca e o alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica, justificam [...] a inscrição do antigo cemitério fundado pelo pastor Hoffmann no Livro Tombo Histórico, uma vez que se conserve o aspecto agreste e se não mutilem as árvores a pretexto de zelar pela proteção das sepulturas, pois essa impressão de cultivado abandono, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar (PESSOA: 2004:185).

O que me intriga nesta escrita poética e apaixonada de Lúcio Costa é a positividade – perceptível em uma brevíssima advertência sobre o cuidado especial que se deveria ter para com as características da paisagem natural que interagiu com o patrimônio edificado deste antigo cemitério – atribuída a uma imaginada situação de “cultivado abandono” deste bem cultural em vias de tornar-se patrimônio cultural da nação. Para ele, neste caso, uma ação de preservação não deveria intervir em um processo, evidente já naquele momento, de deterioração das sepulturas, processo provocado, para além da ação do tempo sobre a materialidade, pela interação com uma vegetação invasiva (ou seria o inverso?). Na opinião deste intelectual modernista, a ação do Estado, neste caso específico e completamente destoante da política nacional de patrimônio cultural daquele momento (e, sem dúvida, destoante também de nossas práticas preservacionistas atuais), seria a manutenção de um estado de “cultivado abandono”.

Mas, afinal, quais os sentidos possíveis desta intrigante escrita? Certamente, não nos cabe aqui tentar compreender plenamente os sentidos explicitados pela expressão

⁵ Processo de Tombamento Federal 0659-T-62. Arquivo Noronha Santos, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cópias depositadas em arquivos da Fundação Cultural de Joinville.

⁶ O hoje denominado “Cemitério do Imigrante” foi o primeiro lugar oficial destinado ao enterramento dos mortos na antiga Colônia Dona Francisca, em território onde hoje se localiza a área urbana do município de Joinville. O primeiro sepultamento neste espaço cemiterial foi realizado em fins do mês de dezembro de 1851, mesmo ano em que aportaram em terras brasileiras os imigrantes que deixaram algumas regiões da Europa (territórios que hoje pertencem à Alemanha, Suíça e Noruega). Atualmente este antigo cemitério, embora de propriedade da Comunidade Evangélica de Joinville, é administrado pela Fundação Cultural de Joinville, através da Casa da Memória, unidade subordinada administrativamente ao Museu Nacional de Imigração e Colonização.

codificada “cultivado abandono”. Nem muito menos tentar entender as motivações subjetivas que levaram Lúcio Costa a tal posicionamento. Contudo, podemos exercitar algumas intuições a respeito.

Não podemos esquecer, nesta análise, que o movimento modernista brasileiro – em especial, a parte deste movimento que aderiu a um projeto nacionalista de transformação do Estado Brasileiro – não negou o pensamento romântico advindo de meados do século XIX. Pelo contrário, se acreditava, entre estes intelectuais, que a modernização da nação brasileira somente se concretizaria em um diálogo possível com formas tradicionais de viver. Um sentimento atravessado por nostalgias de um passado imaginado como significativamente melhor que um instável presente marcado pela destruição e desintegração da sociedade em escala acelerada.

O futuro desejado e sonhado, segundo estes notórios pensadores, somente poderia ser vislumbrado com referência a um aprendizado sobre este passado utópico, aprendizado este que demandaria um cuidado para com estas manifestações que ainda conferiam um “ar romântico” ao presente. Neste sentido, o pensamento romântico, neste momento ainda presente, se mostra não apenas como um refúgio diante de um mundo imaginado como caótico, mas também como uma insistente resistência frente às transformações sociais que poderiam abalar, a qualquer momento, as maneiras tradicionais de viver e de estar no mundo. Como nos lembra Michael Löwy e Robert Sayre, alguns movimentos culturais de vanguarda do século XX assumiram a crítica romântica, advinda de outros tempos, da civilização capitalista (LÖWY e SAYRE, 1995:37).

No entanto, o que novamente nos intriga, é que, no caso específico que estamos discutindo aqui, o romantismo não está demarcado somente na contemplação das marcas humanas do passado deixadas sobre o espaço construído do Cemitério do Imigrante, mas, sobretudo, num olhar bucólico sobre a paisagem natural, por sorte “abandonada”, que avançava sobre a materialidade construída e a colocava sob ameaça. Um desejo de futuro se colocava aqui, um futuro pautado por uma relação pretérita com o cuidado com os recursos naturais indispensáveis à vida humana. Um futuro em que a prática bucólica de contemplar e “cultivar” as belezas naturais não se extinguiria facilmente diante de uma mutilação imprópria e injustificável, sob o pretexto de preservar um tipo específico de ação humana sobre território.

Não obstante, ao imputar o adjetivo “cultivado” à palavra abandono, esta narrativa indicia o desejo de um abandono, não por esquecimento ou por desleixo, mas um abandono desejado, um abandono que se quer cultivar e preservar, um abandono cuja sobrevivência dependeria de uma intervenção humana e de um despojamento dos desejos de interferir de maneira indiscriminada sobre este ambiente paisagístico.

Outra citação a respeito deste bem cultural que trago para este debate foi extraída de uma ata, redigida em 1966, poucos anos depois do tombamento federal do Cemitério do Imigrante como patrimônio histórico e paisagístico da nação. Neste documento, as pessoas presentes à reunião, em sua maioria membros da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, explicitaram a preocupação com o estado de “abandono” deste antigo cemitério e trataram da composição da futura Comissão de Preservação e Conservação do Cemitério do Imigrante, justificada, neste momento, como uma ação urgente e inadiável, sob o risco de uma perda lastimável para a memória pública da cidade. Conforme as palavras registradas neste documento:

A Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1966, preocupada com o abandono e o estado de péssima conservação do Cemitério dos Imigrantes, pertencente a Comunidade Evangélica de Joinville, irá reunir um grupo de pessoas para ver o que poderá ser feito (CASA DA MEMÓRIA, 1966-1991: 1).

Em contraste com o parecer de Lúcio Costa, neste caso a palavra “abandono” recebe uma conotação completamente diferente. Aqui o “abandono” não é cultivado, não é desejado e muito menos é assumido como intencional por estas pessoas. Esta palavra, aqui, recebe uma significação mais próxima do uso, hoje bastante comum, como mecanismo de denúncia de situações de descaso e de descomprometimento social para com os “relicários” do passado. Neste caso, a palavra abandono, significada por esta construção discursiva, é motivo de repúdio e indignação, é palavra de ordem para um combate pela guarda e segurança de nossos bens culturais.

Falas como essa sinalizam que o presumido risco de “perda” das memórias de uma sociedade não pode ser contido apenas com uma ação pública de acautelamento legal. Após o tombamento, ou após qualquer meio legal cujo intuito é garantir a persistência do patrimônio cultural, a retórica é outra. Neste momento o combate é contra o presumido “abandono” dos bens culturais patrimonializados.

Este uso da palavra “abandono” para qualificar a situação de preservação e conservação do Cemitério do Imigrante, além de ter sido nas últimas décadas fato jornalístico muito presente, especialmente, em períodos próximos à comemoração do Dia dos Mortos, foi recentemente mobilizado em um texto de autoria da restauradora Gessonia Leite de Andrade Carrasco⁷, em co-autoria com seu orientador de mestrado. Para os autores:

O Cemitério do Imigrante, em Joinville, SC, é um exemplo de cemitério que se insere no caso de cemitério tombado, porém abandonado. Embora tenha tido, ao longo dos anos, ações pontuais para sua conservação, encontra-se severamente danificado pela ação do tempo, mas, também, por atos de vandalismo e falta de manutenção adequada (CARRASCO e NAPPI, 2009:55).

Novamente algo nos instiga a pensar. Se este cemitério, tal como qualificado pelos autores, de fato foi “abandonado”, o que justifica a inconveniente presença de pessoas envolvidas em atos de vandalismo? Se a palavra “abandono” não significa, neste caso, a ausência de pessoas, qual, então, o seu sentido? Para tentar propor algumas inferências em relação a estes questionamentos, é preciso discutir o lugar da estética urbana no mundo contemporâneo.

Para além dos cartões postais

“A porta da frente da cidade”. Com essa curiosa chamada um pequeno texto foi impresso na página de abertura do caderno especial do *Jornal A Notícia*, publicado em março de 1988, no ensejo das comemorações dos 137 anos de Joinville. Como seria possível pensar que Joinville, em fins do século XX, pudesse anunciar uma porta de entrada indicando um caminho ideal, entre as possibilidades existentes, para se chegar a estas terras? Em uma cidade que já à época era imaginada como uma grande metrópole, em comparação a outros lugares do estado de Santa Catarina, e cujos desejos aspiravam uma crescente expansão das fronteiras para além dos limites restritos do território

⁷ Especialista Cultural em Restauração do Arquivo Histórico de Joinville, atualmente Coordenadora da Estação da Memória, unidade da Fundação Cultural de Joinville.

urbano, tal alegoria poderia nos parecer completamente descabida e imprópria. Na opinião do Jornal:

É muito difícil dizer-se que uma cidade tenha portas. Quando a expressão é usada, soa como algo da Idade Média ou simbolismo nas entregas das chaves a visitantes ilustres. No entanto, entre as muitas maneiras de se chegar a Joinville, o visitante poderá optar pelo portal turístico que permite uma primeira aproximação com tudo aquilo que a cidade pode oferecer. Uma espécie de identidade com o passado e com o presente (A PORTA DA FRENTE DA CIDADE, 1988:2).

Tal “portal turístico”, inaugurado em 1979, faz parte de um conjunto de edificações, criadas já no fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, que tentavam transparecer, a todos os visitantes que porventura passassem por Joinville, uma sensação imagética de pequena vila européia, de ascendência tipicamente germânica, cravada em solo brasileiro. No alto da Rua 15 de Novembro e à margem da BR 101, este pórtico, cuja fachada ainda hoje nos induz a lembrar as casas em enxaimel construídas por alguns dos primeiros imigrantes que chegaram a Joinville em meados do século XIX, foi pensado como uma espécie de “isca” para atrair os turistas que, de passagem pelos trajetos da rodovia BR 101, tivessem intenções de gastar algum dinheiro em Joinville.

Este “portal”, projetado com a intenção de indicar um itinerário urbano a todo aquele desejoso de conhecer um pouco da história e da cultura joinvilense, tenta servir como uma inimaginável passagem entre dois diferentes tempos da cidade de Joinville: um tempo pretérito, cujo cotidiano era marcado por uma vida tranqüila de pequena província atravessada por costumeiras práticas sócio-culturais inspiradas no ausente lugar de onde partiram os imigrantes do século XIX, e um tempo presente, extremamente agitado pelos intensos fluxos contemporâneos, em que uma economia imagética torna este olhar sobre o passado um atrativo rentável ao desenvolvimento do município.

Comentando, em 1996, a importância da via aberta pela imponência deste “portal”, a Rua 15 de Novembro, o então prefeito municipal, Wittich Freitag, apresentava aos joinvilenses mais uma das obras de sua gestão: a nova e mais atrativa feição deste acesso à cidade.

A rua 15 de Novembro, batizada “Mittelweg” pelos pioneiros e colonizadores, ainda hoje pode ser considerada o caminho do Meio, trilha sinuosa por onde começava a aventura de descobrir um povo que ama a sua

cidade, dedicando-lhe o carinho e o esmero que ela merece. Hoje, depois do asfaltamento e do tratamento paisagístico que acaba de ganhar, mais do que nunca ela tornou-se um dos mais belos cartões postais de Joinville (FREITAG, 1996:3).

Tal fala, indica-nos algumas considerações importantes. Ao transformar a própria cidade em uma espécie de *suvenir* consumível, uma espécie de “cartão postal”, algumas cenas e cenários urbanos são enquadrados em representações atraentes, cuja intenção é seduzir o visitante interessado em uma experiência presumidamente singular. Como se pudéssemos, por alguns momentos, viajar no tempo, esses pontos turísticos nos indicam um itinerário, muito bem delimitado, destinados a proporcionar-nos sensações nostálgicas de passados ausentes em uma cidade contemporânea.

Além disto, existe algo a mais que podemos depreender da fala de Wittich Freitag. Em um mundo saturado por imagens, onde tudo parece poder ser replicado pelo poder imensurável das tecnologias da informação e comunicação, paulatinamente simples cartões-postais ou mesmo as antigas fotografias em tom de sépia deixam de sanar completamente as necessidades contemporâneas pela possibilidade de experimentar o passado. Nesse mundo-imagem, onde as práticas sociais e culturais, especialmente quando as cidades servem como palco, parecem somente possíveis quando mediadas por múltiplas e diversificadas imagens, os cartões-postais adquirem novos sentidos: deixam de ser apenas um registro, no tempo e no espaço, de momentos e lugares significativos das cidades, para tornarem-se referenciais estéticos que inspiram as transformações urbanas. Temos, hoje em dia, a impressão de que a própria cidade vem sendo pensada como um atrativo cartão postal.

Em outra narrativa, um conhecido escritor da cidade, Rubens da Cunha, manifestou, em uma crônica publicada em 2005 no *Jornal A Notícia*, um sentimento de profunda indignação. Sob o inusitado título “Os recém-casados e os museus”, este cronista lamentava o descaso público, na cidade de Joinville, com uma prática que aos poucos estava deixando de ser corriqueira: o costume de noivos e noivas, logo após a cerimônia religiosa de casamento, posar diante dos jardins dos museus da cidade para serem fotografados e, assim, eternizar estas imagens em seus álbuns familiares. Na opinião deste escritor:

Eram cenas repletas de uma leveza melancólica, de um surrealismo que se equilibrava entre a ingenuidade e o ridículo. As mulheres, quase almas

vestidas de branco, e os homens, sempre tão sérios, tão tímidos para essas questões, andavam calmamente entre as árvores, obedecendo às ordens do fotógrafo, que para satisfazer seu apetite artístico, pedia a eles poses, risos, abraços. Uma pequena representação da alegria que estavam sentindo.

Estas cenas, que para ele pareciam “saídas de um Fellini ou Almodóvar”, desestabilizavam, por alguns instantes, a noite nesta cidade. Pois, como confessou, “nesta cidade há medo de se quebrar a aparência, de provocar uma pequena subversão em nosso espírito germânico”. Contudo, o que teria levado, na atualidade, fotógrafos e recém-casados a não mais procurar estes lugares para compor os cenários ideais às fotografias de casamento? De acordo com Rubens da Cunha, “a resposta, infelizmente, vem fácil: os jardins dos museus de Joinville estão abandonados. Nem a noite encobre mais a falta de cuidado que estão tendo com esses espaços públicos”. Isso lhe parecia incompreensível, pois, em sua acepção, os acervos dos museus de Joinville, incluindo os seus belos jardins, “mais do que a preservação da história, são fundamentais para a manutenção de nossa civilidade. Os lugares em que estão instalados são intrínsecos à imagem de Joinville” (CUNHA, 2005:C3).

O que falas, tais como a deste cronista, que demonstram descontentamento em relação a um presumido “abandono” de determinados lugares da cidade, querem nos dizer? Podemos imaginar que lugares incrustados no coração da cidade, assim como os aludidos jardins dos museus de Joinville, estivessem completamente “abandonados”? O que há nas arestas destas falas?

Um ponto importante pode ser depreendido da fala deste cronista: mais do que um interesse pelo conhecimento e reconhecimento de uma cidade perdida do passado, alguns esforços em criar uma nova sensibilidade em relação ao passado estão intimamente vinculados aos interesses em delinear uma “imagem da cidade” capaz de seduzir os sentidos de quem, porventura, vier a percorrer os caminhos que cindem a geografia urbana. Contudo, nas entrelinhas desta fala, que se posiciona em defesa da manutenção de uma suposta “civilidade urbana” em risco, uma outra cidade, invisível aos olhares de muitos, pode ser deduzida: uma cidade atravessada por práticas sociais e culturais “incivilizadas” e “incivilizáveis” que, de maneira tática, coabitam o pulsante coração de Joinville.

Um caminhar atento pelas diversas vias que cruzam a cidade de Joinville nos indica a existência de práticas urbanas múltiplas e multifacetadas que, de maneira mais

intensa e muito mais subversiva do que os comportados usos dos jardins dos museus pelos recém-casados interessados em compor belos retratos matrimoniais, desestabilizam as exuberantes aparências pelas quais a cidade de Joinville é transformada em atrativo destino turístico. Prostitutas, travestis, homossexuais, mendigos, vendedores ambulantes, artistas de rua, artesãos, engraxates, ladrões, ébrios, pichadores, entre muitos outros personagens que habitam as margens da cidade contemporânea, são colocados fora dos limites delineados pelas molduras que enquadram as cidades dos cartões postais.

A preocupação ingente com a “imagem de Joinville”, anunciada de maneira tão contundente neste texto de Rubens da Cunha, não é nenhuma novidade inventada em anos recentes. Há algum tempo esta problemática, principalmente no que diz respeito à aparência dos principais caminhos que cortam a região central da cidade, tem sido tematizada em crônicas, artigos e editoriais publicados na imprensa escrita local. Em um curioso editorial intitulado “Enfeando Joinville”, publicado em meados do ano de 1989 no *Jornal A Notícia*, era apresentada uma crítica ao indiscriminado e impune desrespeito à legislação municipal promulgada com o intuito de tentar normatizar e disciplinar os usos do espaço urbano na área central de Joinville. Na visão do editorialista:

Uma simples passagem pela Rua do Príncipe, a partir das imediações do prédio da Caixa Econômica Federal, permite constrangedoras constatações. Na mais tradicional rua de Joinville, sucedem-se as mais espantosas construções, enfileirando-se uma série de “barracos de alvenaria”, onde se multiplica um tipo de comércio que mais se assemelha a um “camelódromo” de terceira categoria.

Transformada, na opinião manifesta neste jornal, “numa espécie de ‘gueto’ da improvisação”, a Rua dos Príncipes, cuja origem nobre poderia ser sugerida pela denominação desta via pública, paulatinamente vinha sendo astutamente apropriada pelos usuários da cidade. Praticada por simples plebeus, humildes habitantes das margens da cidade, uma paisagem ordinária se formava: “Comércio ambulante nas calçadas, comércio de lanches rápidos sem as mínimas condições de higiene, farta e grotesca poluição visual”. Na acepção desse editorialista, “o centro de Joinville está se transformando num lastimável quadro de decadência generalizada”.

Ao lembrar os esforços para o embelezamento do centro de Joinville, cuja iniciativa havia partido do prefeito que assumiu a gestão anterior, de Wittich Freitag, um desgosto profundo com as políticas urbanas da gestão do atual prefeito Luiz Gomes, que acabaram não priorizando tais ações voltadas à construção de uma bela imagem da cidade, era evidente nas opiniões expressas neste editorial. Em meio a toda esta insatisfação com o presente vivido, um receio em relação ao futuro recente de Joinville era prenunciado: “em poucos meses o centro da cidade terá se transformado numa favela, pois a indisciplina da ocupação das áreas disponíveis enfeiraram brutalmente determinadas áreas do centro da cidade”. Ao findar do texto, tentando, insistentemente, mobilizar as sensibilidades públicas para este presumido “caos urbano”, um conselho era deixado às lideranças políticas de Joinville: “é preciso que a administração municipal atente para esta questão, pois, a continuar assim, em pouco tempo Joinville terá perdido o mínimo de beleza e bem-estar que a população e os turistas desfrutavam ainda em passado muito recente” (ENFEIANDO JOINVILLE, 1989:2).

A cidade contemporânea, rotulada de cidade turística ao incumbir-se da rentável função de atrair fluxos de pessoas de relativo poder aquisitivo interessadas em deixar parte de seu capital econômico na cidade, acaba procurando adequar-se a uma imagem fotogênica. É nesta imagem fotogênica, em que a beleza tenta readequar a feiúra e na qual o extraordinário se sobrepõe ao ordinário, que as cidades contemporâneas passaram a ser emolduradas pelas representações oficiais que visam divulgar os encantos urbanos. Nesse processo de enquadramento, a cidade é submetida a um trabalho de assepsia que exclui dos limites do retrato apresentado tudo aquilo que escapa às exuberantes imagens pelas quais se deseja conhecimento e reconhecimento. Assim, práticas e representações marginais que perpassam o cotidiano das cidades contemporâneas, quando não geram reações de medo e repugnância, são tratadas com desprezo, como se, simplesmente, não existissem.

Em abril de 1992, uma matéria publicada no *Jornal A Notícia*, de autoria da jornalista Vania Oliveira, informava à população da cidade que lamentavelmente o majestoso monumento ao Imigrante, obra construída em 1951 para marcar a passagem do primeiro centenário de Joinville, havia sido danificado pela ação de vândalos que, possivelmente, tinham a intenção de vender o bronze que dava forma às estátuas que compõem o conjunto da obra. Conforme noticiado, apesar da proximidade de um posto

policial, “duas das estátuas que compõem o conjunto em bronze criado pelo escultor alemão Fritz Alt foram separadas em sua base”. A espera por reparos, estas duas peças foram, por algum tempo, mantidas unidas com o precário auxílio de uma corda e pedaços de madeira.

Ironizando esta circunstância lastimável, a autora do texto tentava imaginar como deveria ser dura a vida de estátua. Segundo ela, “é necessário agüentar sol e chuva diariamente, junto com o risco de sofrer atos de vandalismo [...] ou ficar vários anos sem limpeza”. Isso lhe parecia incompreensível, haja vista que os monumentos compõem belos cenários na cidade e por isto são importantes pontos de visitaçã pública.

Circulando pela região central da cidade, uma parada na Praça da Bandeira para sentar-se nas escadarias que servem de pedestal ao Monumento ao Imigrante ou mesmo para escorar-se sobre um dos personagens que compõem o enredo apresentado é uma experiência que, possivelmente, tenha sido praticada por grande parte dos habitantes de Joinville. Como também foi lembrado na matéria, algumas pessoas, um pouco mais ousadas, se apropriam de outras maneiras deste símbolo público: “não se contentam em ser fotografados ao lado do monumento e chegam a sentar no colo de um dos imigrantes” (OLIVEIRA, 1992:17). Mesmo que não compreendam perfeitamente o sentido implícito à narrativa histórica monumentalizada, boa parte da população de Joinville interage, de alguma maneira, com os monumentos localizados em praças públicas. Possivelmente, alguns usos, que subvertem as intencionalidades de quem os projetou, acabam irritando aqueles que se colocam como defensores de uma sensibilidade em relação ao passado da cidade. A uma cidade meticulosamente pensada e estrategicamente planejada, outras cidades se insinuem no cotidiano: cidades praticadas por usuários que, astutamente, subvertem os sentidos e significados impressos nos lugares por onde passam.

Em tempos mais recentes, denúncias semelhantes também ocuparam as páginas da imprensa local. Em 2005 uma matéria da jornalista Marlise Groth, publicada no *Jornal A Notícia*, denunciava que o patrimônio cultural da cidade de Joinville estava sendo ameaçado. Mais especificamente, esta matéria tratava dos constantes ataques a algumas obras do artista Fritz Alt expostas em espaços públicos. De acordo com a matéria:

As obras do escultor Fritz Alt (1902-1968), um dos pioneiros em artes plásticas em Joinville, e que integram o patrimônio público da cidade voltaram a ser alvo de vandalismo. Mais uma vez, a atenção dos vândalos concentra-se nos bustos, relevos e placas de bronze, que, arrancados, são vendidos no mercado ilegal do desmanche.

Entre os casos elencados ao longo do texto, um deles em especial me pareceu intrigante. O busto da princesa Dona Francisca, criado em comemoração aos 75 anos de Joinville e atualmente implantado diante da Alameda Bruestlein (a conhecida Rua das Palmeiras), foi alvo de um audacioso ato ilícito. “Os responsáveis pela violação quebraram a base do pedestal de concreto e só não levaram a escultura em virtude da forte estrutura que lhe mantém à base”. De acordo com a matéria, “a princesa Dona Francisca não perdeu seu encanto mas, em decorrência da queda do pedestal, teve parte da estrutura da cabeça amassada, em especial, o coque que arremata o penteado”.

Contudo, como lamentavelmente era lembrado, este não teria sido o primeiro atentado contra a representação escultórica da princesa Dona Francisca:

Em 2001, essa mesma imagem sofreu agressão ao ter retirada da peça a pátina verde que lhe cobria o bronze, uma cobertura executada pelo próprio Alt. A ação impensada, foi – de acordo com relato de funcionários municipais da época – fruto do trabalho de ambulantes que estariam no centro fazendo demonstrações de produtos de limpeza (GROTH, 2005:C1).

O que há de intrigante nestas narrativas que tomaram os monumentos públicos como protagonistas é a maneira como determinadas práticas urbanas são encaradas com desprezo. Demonstrando comiseração com a dura vida de ser estátua, como se um objeto inanimado pudesse sentir os males que lhe afligem, os sofrimentos que atravessam a difícil vida dos habitantes das margens da cidade de Joinville apenas são insinuados.

Enxergar estas práticas urbanas marginais, disseminadas pelos diversos lugares da urbe se coloca como um desafio ao historiador do tempo presente. Principalmente quando lidamos com vestígios documentais que explicitam versões autorizadas sobre a história da cidade, como, por exemplo, a imprensa escrita, tal desafio se apresenta como um caminho labiríntico. Contudo, tentando ler nas “entrelinhas” conseguimos captar algumas práticas dissonantes em relação às sonoridades monofônicas de uma cidade ordeira e pacata pelas quais Joinville ainda é propalada. A uma cidade meticulosamente pensada e estrategicamente planejada, outras cidades se insinuam no cotidiano: cidades

praticadas por usuários que, astutamente, subvertem os sentidos e significados impressos nos lugares por onde passam. Perseguir outros percursos da cidade, procurando desestabilizar certos pressupostos aparentemente inabaláveis, parece-me um atalho interessante para pensar a história de Joinville.

Últimas Considerações

Possivelmente, em meio a esta discussão alguém poderia se perguntar: Devemos, então, ser coniventes com a paulatina destruição intencional do patrimônio cultural da cidade? Podemos aceitar calados os ataques criminosos contra os vestígios de nosso passado? Sem dúvida, tais atentados mexem com nossas sensibilidades em relação à cidade que habitamos. Não conseguimos aceitar a inesperada ausência de marcas de cidades pretéritas que ainda se faziam presentes em determinados lugares. Contudo, não podemos negar que para além das cidades enquadradas nos belos cartões postais, outras cidades se insinuem, pois, como nos alertou Michel de Certeau, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994:38). Atentos a estas caças não autorizadas que se apropriam de maneiras improvisadas e subversivas dos lugares da cidade deparamo-nos com outras imagens possíveis da cidade.

Principalmente nos momentos em que a noite proporciona a possibilidade de camuflagem, alguns locais são ocupados por moradores de rua que procuram lugar para dormir, prostitutas e travestis em busca de clientes, homossexuais que aproveitam a escuridão para manifestar afetividades sem serem importunados, ébrios que se escoram em algum banco público para não tropeçar no primeiro obstáculo, jovens que consomem bebidas e drogas ilícitas, entre tantos outros personagens que, muitas vezes, tentamos fazer de conta que simplesmente não existem.

Insistir em falar sobre estes personagens marginalizados não significa que devemos ser indiferentes à paulatina destruição do patrimônio cultural da cidade, mas, apenas atentar para as múltiplas e diversificadas formas como este patrimônio é social e culturalmente apropriado pelos habitantes da urbe. Seguindo por este caminho alternativo, podemos visualizar, junto a estas marcas do passado ainda hoje

sobreviventes, uma cidade do presente poetizada cotidianamente pelas pessoas, uma cidade dissonante e descompassada em relação aos desejos de uma cidade fotogênica. Todavia, para conseguir perceber estas facetadas da vitalidade urbana, é preciso desviar, esporadicamente, dos caminhos habituais e procurar perder-se pela cidade à procura de vivências estranhas a familiaridade de nosso dia-a-dia. Lendo a cidade pelas suas margens, podemos perceber experiências urbanas impertinentes que se tornam presentes pelas ausências nos enquadramentos fotogênicos das cidades-imagens dos cartões-postais.

Referências Bibliográficas

A PORTA da frente da cidade. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1988. Especial Joinville 137 Anos. p. 2.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2009, p. 46-60.

CASA DA MEMÓRIA. *Livro Ata*. Joinville, 1966-1991. Manuscrito.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. Os Fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSTA, Lúcio. Parecer técnico em relação ao tombamento do Cemitério Protestante de Joinville – SC. *Processo de Tombamento Federal 0659-T-62*. Arquivo Noronha Santos, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cópia depositada nos arquivo institucional do Museu Nacional de Imigração e Colonização.

CUNHA, Rubens da. Os recém-casados e os museus. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 2005. Anexo. p. C3.

ENFEIANDO Joinville. *Jornal A Notícia*, Joinville, 2 abr. 1989. p. 2.

FREITAG, Wittich. Comunidade respeita costumes e tradições. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1996. Especial Joinville 145 Anos. p. 3.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996.

GROTH, Marlise. Patrimônio Ameaçado. *Jornal A Notícia*, Joinville, 14 jul. 2005. p. C1.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo Passado? Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea (Joinville, 1997-2008)*. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Vania. O Monumento ao Imigrante está danificado. *Jornal A Notícia*, Joinville, 12 abr. 1992. p. 17.

PESSOA, José (Org.). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.